



RAÇA E CLASSE NA CONFIGURAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO:

Uma análise interseccional de relato biográfico de uma mulher negra em Nova Olinda, norte do Tocantins

RACE AND CLASS IN THE PROSTITUTION'S CONFIGURATION:

An intersectional analysis of a biographical story of a black woman in Nova Olinda, northern Tocantins

RAZA Y CLASE EN LA CONFIGURACIÓN DE LA PROSTITUCIÓN:

Un análisis interseccional de una historia biográfica de una mujer negra en Nova Olinda, norte de Tocantins

Bruna de Souza da Silva

Graduada em Licenciatura em História (UFT); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (Araguaína) - Tocantins, Brasil.

bruna.souza@mail.uft.edu.br

Olivia Macedo Miranda de Medeiros

Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do curso de História da (UFNT)

oliviacormineiro@uft.edu.br

Naiane Vieira dos Reis

Doutora em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Ceará, campus de Crateús.

naianevieira@uft.edu.br

Recebido em: 28/02/2023

Aceito para publicação: 21/09/2023

Resumo

Este artigo buscou interpretar o relato biográfico de Catarina, mulher negra, nortista e amazônida, em situação de prostituição de rua, no município de Nova Olinda-TO. Buscando suporte em uma análise interseccional (DAVIS, 2016) e a partir da história de vida de Catarina, investigamos o destaque que adquiriu o corpo feminino por meio da maternidade, sexualidade e raça, observando como isso se transformou em um instrumento de subalternização da mulher, inclusive por meio da prostituição. Como resultado desta investigação, observamos que os padrões racistas, classistas e de gênero foram mobilizados pelas estruturas de opressão como instrumentos para a exclusão de Catarina,

representativa de inúmeras mulheres, principalmente por meio da estigmatização racista e de gênero, o que definiu a prostituição como lugar social dessa mulher negra.

Palavras-chave: Representatividade, prostituição, interseccionalidade, violência racial.

Abstract

This article sought to interpret the biographical story of Catarina, a black, northern and Amazonian woman, in a situation of street prostitution, in the municipality of Nova Olinda/TO. Seeking support in an intersectional analysis (DAVIS, 2016) and from Catarina's life story, we investigated the prominence that the female body acquired through motherhood, sexuality and race, observing how this became an instrument of subordination of women, including through prostitution. As a result of this investigation, we observed that racist, classist and gender patterns were mobilized by the structures of oppression as instruments for the exclusion of Catarina, representative of countless women, mainly through racist and gender stigmatization, which defined prostitution as a social place of this black woman.

Keywords: Representativity, prostitution, intersectionality, racial violence.

Resumen

Este artículo buscó interpretar el relato biográfico de Catarina, una mujer negra, del norte y de la Amazonía, en situación de prostitución callejera, en el municipio de Nova Olinda/TO. Buscando apoyo en un análisis interseccional (DAVIS, 2016) y a partir de la historia de vida de Catarina, investigamos el protagonismo que el cuerpo femenino adquirió a través de la maternidad, la sexualidad y la raza, observando cómo ésta se convirtió en instrumento de subalternización de la mujer, incluso a través de la prostitución. Como resultado de esta investigación, observamos que patrones racistas, clasistas y de género fueron movilizados por las estructuras de opresión como instrumentos de exclusión de Catarina, representante de innumerables mujeres, principalmente a través de la estigmatización racista y de género, que definía la prostitución como lugar social de esta mujer negra.

Palabras clave: Representatividad, prostitución, interseccionalidad, violencia racial.

Questões iniciais para o estudo acerca de uma mulher subalternizada

O objetivo deste trabalho é reconstruir a história de vida de Catarina¹, marcada por traumas, violências e racismos, a partir da compreensão de seu relato biográfico, buscando, por meio do estudo de caso representativo dessa mulher negra, realizar uma análise interseccional da prostituição feminina negra. Assim, ao dialogarmos e interpretarmos a história de Catarina, uma mulher pobre, negra e nortista, em situação de prostituição de rua no município de Nova Olinda, norte do estado do Tocantins, evocaremos a carga social de exclusão e da violência sofrida por muitas mulheres que, em condições de vida similares, estão em situação de prostituição.

Catarina, uma mulher de baixa estatura, de pele negra, cabelos crespos, lábios grossos, em todos os nossos encontros carregava consigo um lápis de pintar sobrancelha e um batom vermelho, que, sem dúvida representam a força de sua personalidade. Tive a oportunidade de conhecê-la logo após passar a residir em Nova Olinda-TO, ano de 2017, vindo de Brasília-DF, minha cidade natal. Duas de suas filhas haviam se mudado para a terceira casa próxima à minha. Logo nos aproximamos e nos tornamos amigas. Com isso, acabei conhecendo não

¹ Nome fictício para proteger a identidade de nossa interlocutora.

somente Catarina, como também seus pais, seus irmãos, sobrinhos, a família toda. Todas as vezes que eu visitava a casa de suas filhas, era comum que ela aparecesse por lá. Às vezes, quando estávamos bebendo vinho e jogando baralho, lembro que Catarina gostava de contar suas experiências e histórias, mas parecia que somente eu estava disposta a escutá-la ou talvez o resto das pessoas que estavam ali não considerassem que eram questões importantes ou mesmo já sabiam de “cor e salteado”.

No segundo semestre da Licenciatura em História, já sabia sobre o que e quem gostaria de narrar no meu trabalho de conclusão de curso. Foi quando, em algum dos nossos encontros, eu a convidei para me narrasse um pouco de suas memórias. A sua reação foi de animação, dizia que estava disponível e muito entusiasmada. Sempre que nos víamos ela me cobrava sobre quando seria essa “tal entrevista”. Portanto, este trabalho foi elaborado a partir de uma entrevista única concedida por Catarina, em janeiro de 2021, mas também possui fragmentos de todos os momentos que estivemos juntas desde o nosso primeiro contato e a convivência que acabei construindo com ela e suas filhas, que até hoje são minhas amigas. Catarina foi a inspiração para a construção desta pesquisa, sendo sua história representativa de tantas outras.

A história de vida de Catarina se configura enquanto um estudo de caso qualitativo, a partir do momento que, além de ser um caso singular e representativo de tantos outros, pressupõe a sua particularidade, bem como o que há de comum entre tantos. Mas essa investigação também atravessa diversos critérios metodológicos a partir de cada especificidade. A autora Alves-Mazzotti faz uma revisão bibliográfica em sua pesquisa a respeito do estudo de caso, que conta com autores referência no assunto, como Robert Stake e Robert Yin. Ambos concordam que essa modalidade é formada por etapas exploratórias de relações complexas pouco investigadas, mas que colaboram para a compreensão de fontes de dados, obtidos nesse contexto, que contribuem para teorizações mais amplas. Como explica Alves-Mazzotti (2006, p. 647),

Com sua própria história, única, o caso é uma entidade complexa operando dentro de vários contextos – físico, econômico, ético, estético e outros. O caso é singular, mas tem subunidades, diferentes grupos, situações, enfim, uma concatenação de domínios que não são apreendidos com facilidade. A compreensão holística do caso exige o exame dessas complexidades.

No caso de Catarina, além de sua narrativa ser única, pois se alinha à sua própria experiência de vida, nela são retratados acontecimentos cotidianos que perpassam todas as dimensões sociais da realidade, começando pela sua inserção na prostituição, um tema ainda muito estigmatizado e ainda pouco discutido nas instâncias políticas e sociais. O caso é singular, mas é norteador por uma série de possibilidades e conexões que se dão por meio de diferentes lugares que podem ser caracterizados através da interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

Nesse sentido, a pesquisa deve contribuir para a generalização ao ponto que uma pesquisa científica só recebe essa titulação quando o estudo é estabelecido em uma discussão acadêmica. Ao mesmo tempo, Alves-Mazzotti alerta para as armadilhas que ocorrem quando se assume uma postura generalizante excessiva com a teorização, resultando no silenciamento do próprio caso em si. Sendo assim, apresentamos-lhe Catarina.

Nascida no município de Nova Olinda², norte do estado do Tocantins, no dia 30 de março do ano de 1980, Catarina e sua família viveram boa parte da vida em assentamentos rurais da região, trabalhando com a terra, plantando e colhendo gêneros alimentícios básicos. Tendo o quintal como a dispensa da casa, a vida rústica, próxima ao córrego, de onde se retirava a água de beber, trouxe para a infância de Catarina uma dimensão de trabalho árduo, mas também de certa liberdade, partilhada com seus cinco irmãos, três homens e duas mulheres, dentre os quais ela seria a caçula.

Buscar apreender o rememorar da infância, da adolescência e da vida adulta de Catarina fez com que tenhamos optado por trabalhar metodologicamente na intersecção entre memória, história de vida e relato biográfico, o que nos permitiu reconstruir suas experiências, marcadas por traumas e violências que culminaram na prostituição de rua.

Segundo Pollak (1989, p. 12), “os criminosos, as prostitutas, os ‘associais’, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais foram conscienciosamente evitados na maioria das ‘memórias enquadradas’ e não t[iveram] praticamente [...] voz na historiografia”. Essas “memórias enquadradas”, na perspectiva do autor, são as memórias tradicionais, oficiais e estatais, que são pré-estabelecidas e acabam excluindo as micro-histórias, as histórias de vida, individuais e pessoais. Nesse sentido, “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a História Oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4).

Nessa perspectiva, a História Oral, ao se apropriar de extratos da memória, possibilita o processo de reconstrução das experiências, mediante as representações da trajetória de vida, sobretudo ao se considerar sujeitos tradicionalmente apagados nos recortes de pesquisa. Tal abordagem teórica e metodológica favorece a emergência e o registro das vivências, percepções e saberes das mulheres que escaparam ao campo de interesse da historiografia tradicional (PERROT, 2016). Assim, pensando na reconstrução das trajetórias, surgiu a ideia de utilizar o relato biográfico como a melhor alternativa para fazer manifestar as memórias de Catarina, no seu modo mais autêntico, dentro desta investigação.

As mulheres, sem dúvida, estão entre os grupos excluídos e marginalizados que mais tempo foram excluídos pela historiografia e pelas ciências sociais, porém, desde sua entrada no horizonte de interesses de diversas áreas de conhecimento, novas questões e dimensões foram surgindo aos estudos. No necessário recorte de classe, as “mulheres populares”, negras, entre outros fatores interseccionados ao gênero, no entanto, enfrentam diferentes dimensões de exclusão e apagamento, pois não compartilham da visão social do que é ser mulher segundo o ideal burguês, não sendo contempladas, até mesmo em alguns recortes teóricos e nas políticas públicas contemporâneas, na representação de sujeito feminino (SOIHET, 2015).

Alyne Isabelle Nunes (2015), ao discutir a prostituição feminina em Recife-PE, afirma que esse tema vem sendo retratado preferencialmente a partir de duas linhas principais de investigação: a) o fator econômico e b) o de gênero, que se configuram como as duas principais

² Com população estimada de 11.719 habitantes, o município de Nova Olinda está localizado no interior do norte do Tocantins, à margem da Rodovia Belém/Brasília (BR-153), na Microrregião de Araguaína, uma das principais cidades do norte do referido estado. As atividades econômicas que se concentram no município são os frigoríficos, voltados para o abate do gado bovino, bem como indústrias voltadas para a confecção de cerâmica. Ou seja, Nova Olinda se constitui como uma zona majoritariamente rural, com um estilo de vida interiorano e sossegado.

causas da ocupação³ no Brasil. Contudo, reduzir a questão da prostituição a apenas essas duas linhas acabou por invisibilizar o racismo estrutural existente nas relações sociais, o qual tem sido um dos principais responsáveis por promover a condição de violência e a representação estigmatizada da mulher negra, cujas raízes se encontram no sistema colonial.

Seguindo essa lógica, para entendermos o processo de violência racial e de gênero encontrados na vida de Catarina, aqui compreendida como representativa da prostituição negra de mulheres cis⁴, é essencial apresentarmos nesta introdução alguns aspectos do racismo, resultado da escravização negra iniciada com o Brasil Colônia. Nesse período, a mulher negra escravizada teve o seu corpo e a sua existência objetificados, pois, além de sofrer a exploração de sua força de trabalho, seu corpo também foi considerado um “espaço sem lei”, sendo alvo permanente da exploração sexual:

Um dos traços mais marcantes da prostituição feminina na história do Brasil talvez tenha sido a enorme quantidade de mulheres escravas, livres e pobres, que se dedicavam à prática. Foi durante a vigência do Brasil quinhentista, onde indígenas e negras foram estupradas e escravizadas, usurpadas da sua humanidade, reduzidas a objeto, que a prostituição se inicia. Com o fim da escravidão, abandonadas por seus senhores, muitas mulheres tiveram que partir para a prostituição como forma de sustento, aumentando o contingente das chamadas “mulheres públicas” [...] um dos traços mais marcantes da prostituição feminina na história do Brasil talvez tenha sido a enorme quantidade de mulheres escravas, livres e pobres, que se dedicavam à prática. (CARMO, 2011, p. 74-178).

A Ordem Colonial foi a precursora do racismo, que se encontra impregnado no imaginário social brasileiro, o qual forjou uma imagem da mulher negra ligada a uma figura exótica e sexualizada, resultando em estupros constantes, um instrumento vil e violento do poder masculino, senhorial e branco. Historicamente subalternizada e explorada, a mulher negra, escravizada, que já vinha de um processo de violência contínua desde que chegou em terras coloniais, viu-se na condição de, na interseccionalidade entre gênero, raça e classe, ter seu lugar social – marginalizado, subalternizado, explorado e racializado – reproduzido pela sociedade pós vigência do instituto escravagista.

Em outras palavras, a abolição da escravização, em 1888, não possibilitou as ferramentas necessárias para que o povo negro se erguesse. Abandonado, esse grupo social viu e vivenciou a estrutura colonial racista permanecer e se reproduzir. Quanto à situação da mulher negra, pouco se modificou no período pós-abolição. Marginalizada e fixada em espaços subalternizados por meio de uma estrutura racista, sexista e classista, teve determinada sua exclusão de espaços privilegiados, construídos a partir de condições sociais, econômicas e

³ No ano de 2002, a prostituição foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento que reconhece, nomeia e codifica as ocupações existentes no mercado brasileiro (MINISTÉRIO, 2008).

⁴ Cisgênero é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu gênero designado desde o nascimento. Já transgêneros são as pessoas que não se identificam com o esperado comportamento social relacionado ao seu sexo biológico, mas sim com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído sociobiologicamente. Texto adaptado. Significados. Diferença entre Cisgênero e Transgênero. 7Gaus, 18/07/2021. Disponível em: <https://www.significados.com.br/cisgenero>

educacionais às quais ela não teve acesso. Restou a ela, entre as possibilidades de sustento, os trabalhos domésticos ou os trabalhos informais, como quituteiras, lavadeiras e, principalmente, como prostitutas (NUNES, 2015, p. 38).

Além disso, contribuindo para a estigmatização da mulher negra, sua objetificação histórica está interligada à prática persistente do estupro desde o período colonial, sendo instituída e instituinte da hiperssexualização da “mulata”, a qual consiste no “ideal de mulher negra que assume sua ‘mulatice’ e que é representada pelos predicados que enaltecem sua cor, corpo e gingado, [o que seria] a mais perfeita tradução do Brasil que vive em harmonia com suas raças” (NUNES, 2015, p. 56). De fato, desde o início do século XX, o mito da democracia racial promoveu a ideia da existência de um precário equilíbrio, no qual as diferenças conviveriam ambigualmente e igualmente, o que colaborou para o fortalecimento da ideia de um ícone nacional “tipo exportação”, portador de uma beleza que representaria a harmonia entre as raças: a mulata. (SCHUWARZ, 2012; GONZALEZ, 1984).

Nesse sentido, a ideia da “harmonia entre as raças”, apesar de comum, faz parte de um processo no qual pessoas negras aprenderam a se identificar a partir da negação da própria negritude, opacizada ao longo da História brasileira por meio do “Mito da Democracia Racial”. Ao interpretar os marcos da hiperssexualização e do racismo do Carnaval, Lélia Gonzalez defende que:

O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo. (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Contribuindo para a hiperssexualização da mulher negra, certamente essa “iluminação”, provocada pelo espetáculo do carnaval, não atinge a grande maioria das mulheres negras. No entanto, isso não diminui o empenho sistêmico das estruturas sociais de fazer desaparecer o racismo em meio à ideia de que a miscigenação fez desaparecer a negritude, dando lugar à morenidade ou ao seu equivalente: a mulatice. Ou seja, o histórico da presença da mulher negra na prostituição é um cenário naturalizado no discurso: os relatos, representações e a própria associação da mulher negra a uma “hiperssexualidade” posicionam essas mulheres nessa ocupação (MUNANGA, 2008).

Nesse sentido, para deciframos os elementos estruturantes e determinantes da exclusão, exploração e subalternização de Catarina, tendo em vista os processos de estigmatização que determinam a prostituição como um lugar social fixado para a mulher negra e pobre,

propomos uma discussão que consiga ir além das análises que comumente levam em consideração apenas os conceitos de gênero e classe. Nesse sentido, observamos, na análise, mais “especificamente a mulher negra desumanizada em suas representações ou sub-humanidade em seus papéis, [buscando] abarcar[...] a violência interseccional, a de gênero e a racial” (NUNES, 2015, p. 55).

Gravidez e casamento forçado como formas de opressão e controle da mulher

Pouco durou a infância e adolescência de Catarina, pois, aos 14 anos, passou precocemente por uma gestação, tendo que lidar sozinha com uma gravidez indesejada ainda na adolescência, além de ter que suportar o fardo do preconceito, do machismo e do moralismo exacerbados à época, no ano de 1994, numa cidade com forte presença da tradição e dos valores rurais. A gravidez precoce, muito além de uma situação individual, é também um problema social que oprime a mulher, como explica Silvia Federici:

Ninguém pode descrever, de fato, a angústia e o desespero sofridos por uma mulher ao ver seu corpo se voltando contra si mesma, como acontece no caso de uma gravidez indesejada. Isso é particularmente verdade naquelas situações em que a gravidez fora do casamento era penalizada com o ostracismo social ou, até mesmo, com a morte. (FEDERICI, 2017, p. 180).

No caso de Catarina, a sua gravidez não foi punida com a morte, mas com a subalternização violenta de um casamento forçado. Convencidos de que a melhor forma de se evitar a estigmatização de Catarina fosse o casamento, seus pais optaram por forçá-la a se casar com um homem muito mais velho, de aproximadamente setenta e cinco anos, como relata a narradora:

Comecei a ter a infância com 11 anos, aí danada demais e eu confesso, não era por causa de mim. Aí, depois, comecei ter relação com as crianças com medo de ter relacionamento sério com os homens de maior. Aí, depois, eu engravidei com 14 anos já, foi meu primeiro filho. O pai dele ganhava dinheiro, quem ganhava era ele. E eu, trabalhar como? Grávida? O meu pai falou: “engravidou, sai aqui de casa”. Daí, minha mãe, pra não separar do meu pai, também concordou. Daí, eu fui trabalhar; quando eu voltei [choro]: “ou tu vai morar com esse velho...”. Trabalhando 9 meses, grávida, com 14 anos, quando eu ganhei nenê cheguei em casa ele falou assim: “eu vou ver esse menino se tu for morar com esse velho”. O velho tinha 75 anos; e eu 14 ano e ele 75, grávida. Aí, eu peguei e fui fiquei 1 mês com ele lá. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2021).

“Ter infância” para Catarina representava ter liberdade para brincar fora das vistas dos pais, sendo que foi nessas circunstâncias que, esclarece, teve suas primeiras relações sexuais com garotos de sua idade. Seu olhar sobre as próprias vivências é atravessado pelo juízo de valor em relação às relações afetivo-sexuais desse momento de seu desenvolvimento, conforme expressa a sanção negativa sinalizada pelo adjetivo “danada”, com intensidade nesse julgamento, por meio do advérbio “demais”. Nesse sentido, Catarina parece se posicionar como alguém que está para além do comportamento aceitável (“danada demais”), mesmo que

esteja se referindo à sua infância, o que pode ser reflexo da perspectiva social sobre como deve ser o “jeito de menina”. Posteriormente, quando se envolve com um homem mais velho, engravida e passa a sofrer todas as pressões típicas da mentalidade machista e patriarcal da época. O processo de ostracismo social, para usar uma expressão de Federici (2017), se inicia para Catarina com a expulsão da casa parental, passando pela falta de apoio da mãe, que vive em situação de submissão ao marido, – ela teria que trabalhar. Ao se tornar mãe, com um filho para criar, precisando de dinheiro para isso, a única solução inicial apresentada foi o trabalho remunerado. Por outro lado, com a gravidez em estado avançado ou com um bebê nos braços, seria inviável conseguir emprego, situação que afeta mulheres no sistema capitalista, o qual as compreende, sobretudo, sob a perspectiva da rentabilidade e inserção na dinâmica da produção social. A gestação e geração da vida, nesse sentido, é vista como um obstáculo à participação na geração de renda, sendo referidas como justificativa para a exclusão das mulheres, sobretudo daquelas negras e pobres, no trabalho remunerado (FEDERICI, 2019; FALQUET, 2016).

Os pais de Catarina, e até mesmo ela própria, compreendiam a mulher a partir de um olhar de dependência: “são os homens que ganham dinheiro”; são eles os nomeados provedores, mesmo quando a mulher arca com as despesas da família. O medo de não conseguir se sustentar é secundado pelo medo de se ver desamparada, “sem um teto sobre a cabeça”, e principalmente sem o apoio parental. Assim, após o término de seu relacionamento com o pai do seu filho, que era quem “ganhava dinheiro”, a situação de Catarina se deteriora e esses fatores conjugados levam-na a obedecer ao pai e ir viver com um homem sessenta e um anos mais velho que ela.

Porém, não eram somente esses aspectos que importavam à época. Sendo forçada a se casar ainda quase criança, quando questionamos sobre o porquê dos seus pais a terem obrigado a se casar, Catarina respondeu que foi por causa dos costumes e da moral da época:

É porque no tempo, é tipo assim, eles falaram assim: “é você tá no nosso poder, tem 14 ano agora, tá com uma criança. Quinze ano, nós arruma um casamento pra você, você vai ter que casar com a pessoa que nós arrumamos”. Senão, eu ia ficar mal falada. “A família deles é muito boa”, [disse minha família.] [...]. [Mas] não era meu jeito, eu ser mandada por eles e ser casada: “vou arrumar esse marido aqui e você vai casar com ele”. Não! Pra mim não é assim não; eu vou ficar com quem eu quero. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2021).

Nesse trecho, observamos a resistência inicial de Catarina com a proposta de casamento imposto por sua família. Quando questionada sobre a posição que seus pais assumiram, ela respondeu que buscavam evitar o julgamento social (“mal falada”) por se tornar mãe sem viver em conjugalidade com um parceiro. Outros pontos também se destacam: a) o fato de ela ter compreensão do moralismo, reflexo do machismo, que permeia a vida da mulher, considerando que ser mãe solo é uma situação estigmatizada pela sociedade conservadora; b) outro traço característico que aparece nesse trecho é a tendência, desde cedo, a se rebelar contra o que lhe tolhe a liberdade, como ela mesma declara: “não era meu jeito, eu ser mandada por eles e ser casada: ‘vou arrumar esse marido aqui e você vai casar com ele’. Não! pra mim não é assim não, eu vou ficar com quem eu quero”. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2019).

Sem dúvida, corroborando a percepção de Catarina, compreendemos que o casamento pode ser opressor e pautado no controle e na submissão da mulheres, conforme explica Silvia Federici (2017, p. 184) acerca dessa instituição no contexto europeu: “o casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário”. Além disso, sua narrativa também revela traço marcante na vida das mulheres dentro de uma sociedade configurada pelo patriarcalismo de ordem burguesa e ocidental, pois a presença e existência feminina estão intimamente atreladas à figura do homem, sendo deste uma extensão, capaz de recobrir e carregar a percepção da sociedade sobre esse ator masculino que tem presença legitimada no espaço público (KOLONTAI, 2011). Nesse sentido, para não provocar desarranjo no espaço familiar paterno, deve se unir a outra figura patriarcal, agora na posição de marido, herdando deste a percepção social de valor positivo, ou seja, com um companheiro, evitaria para os seus pais e para si própria ficar “mal falada”. Essa conformação ao modelo patriarcal, estabelece limites sociais rígidos, pois, como explica Patricia Hill Collins, “o espaço que cabia aos homens incluía as ruas, as barbearias e os salões de bilhar; o espaço destinado as mulheres eram o lar e a igreja. As mulheres que borraram as fronteiras físicas de gênero fizeram-no sob o risco de perder o respeito em suas comunidades.” (2019, p. 147).

Dessa forma, a exclusão das mulheres da esfera pública do trabalho socialmente reconhecido, com a imposição da maternidade forçada e a massificação da caça às bruxas, esteve diretamente ligada à função como trabalhadoras não assalariadas do lar (FEDERICI, 2017). Contudo, quando Federici menciona a “caça às bruxas”, está se referindo às mulheres brancas europeias do século XVI, período de transição para o Capitalismo. Por outro lado, as experiências das mulheres negras possuem especificidades que as diferenciam das vivências das mulheres brancas, já que estavam sendo “exportadas” para o Novo Mundo como mão de obra escravizada. De fato, como esclarece Collins, “em geral, o que se imagina como o ideal tradicional de família é tudo o que as famílias afro-americanas não são” (2019 p. 132). Afinal, mulheres negras não possuíam o privilégio branco de poderem cuidar do lar e dos filhos, pois eram forçadas ao mesmo trabalho braçal dos homens negros. A escravização também direcionou pessoas negras a empregos manuais e não intelectuais.

Portanto, nesse contexto, é fundamental considerarmos, como discutido na introdução deste texto, as continuidades e as estruturas coloniais e escravocratas no Brasil para compreendermos o discurso estigmatizado atribuído à mulher negra, construído e produzido a partir do imaginário social.

Historicamente, as famílias afro-americanas têm sido economicamente exploradas e politicamente privadas de direitos no âmbito da economia política de direitos dos EUA. Isso não significa que todos os afro-americanos tenham sido pobres nem que a maioria ainda o seja. Mas a diversidade entre os negros estadunidenses no que diz respeito às opressões interseccionais de raça e classe sofridas ao longo da história e na atualidade não apaga a relação fundamental de injustiça. (COLLINS, 2019, p. 135).

Apesar dos estudos da autora terem como cenário os Estados Unidos, essas discussões podem ser relacionadas com a realidade do Brasil, que teve o mesmo histórico de escravização, tendo

sido o último país da América a abolir a escravização de pessoas africanas, o que gerou uma continuidade de opressão sistematizada institucionalmente, como experiências comuns de pobreza, gravidez precoce, escassez de escolas de qualidade, evasão escolar e o amadurecimento forçado para a própria sobrevivência. Nesse sentido, Catarina já nasceu em um mundo em que a sua condição não lhe garantiria equidade social/racial, pois a pobreza no Brasil tem cor, e é a negra. Quando questionada sobre a escolarização, responde que só estudou até o 6º ano do Ensino Fundamental, pelo fato de ter engravidado precocemente, e confessa que era muito “danada” apesar de não ter “sido sua culpa”. Nesse momento, evidencia-se a consciência da entrevistada sobre as violências impostas a ela, as quais ocasionaram sua revolta. Catarina, ao falar sobre o seu primeiro casamento, narra que, no começo da relação, o “velho” a tratava muito bem, o que motivou gestos recíprocos de cuidados, sempre acompanhados de aproximação afetivo-sexual por parte do parceiro, algo que a incomodava intensamente, adoecendo-a:

Não, ele deixava até leite fervido, mas só que quando ele chegava do serviço que tinha o leite fervido, deixava o frango pra mim, quando ele chegava em mim, tocar em mim, eu chorava, eu chorava, dava febre e eu: “-meu Deus eu sou sadia, ele tem 75 anos eu tenho 14”. Sabe o que ele fez? “Olha, fica do meu lado. Eu vou te dar tudo”. Quando dava 5 horas, ele chegava do serviço. Eu ficava naquele, naquele trauma, num tem? Moço, eu dava uma febre, nada. Quando chegou no hospital, foi 3 médico particular. Ele tinha dinheiro, tinha dinheiro... no pago. Ele [o médico] não descobriu não; quando descobriu, sabe o que foi? A mulher me chamou lá dentro e me falou bem assim: “ei, tu gosta dele?”. Eu falei: “não me faz essa pergunta não. Tem como nós conversar em outro lugar?”. Aí, ela pegou e falou sabe o quê? Ela descobriu: “você tem é nojo dele. Você precisa de carinho, precisa de alguém que lhe proteja, que tu tipo assim quase que é igual uma criança”. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2021).

Quando seu marido tocava em sua pele, os piores sentimentos surgiam, resultado de gatilhos que a adoeciam, como uma médica pôde constatar. O que Catarina não sabia é que logo o seu “benfeitor” mudaria seu comportamento: o fato de ter conhecido uma amiga despertou ciúmes e ira, algo que ele nunca havia externado. Então, decidiu mandá-la para Palmas, capital do Tocantins, como forma de mantê-la distante das amizades e das suas próprias origens:

Aí, eu peguei e fui e conheci uma amiga minha. Sabe o que que ele fez? “Não, tá bom, cê tá saindo com aquele ‘viado’”. Me levou pra Palmas. Minha filha, aí escuta: eu em Palmas com uma criança de 3 meses, sem conhecer nada. E o meu pai falou assim mais a minha mãe: “se voltar pra cá eu não quero”. Daí, quando eu voltei, fui morar com ele [novamente com seu marido]. Daí que o bagulho ficou louco. Ele foi ignorante, não dava era nada pra nós, nem pra uma de nós [para Catarina e sua filha]. A mãe [mãe da Catarina] é que dava. O velho veio embora me deixar. Ele tava me comprando, dando dinheiro pra minha mãe. Eu descobri quando tava de resguardo [...]. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2021).

Catarina não fala muito da sua breve estadia na capital, mas conta que descobriu da pior forma que havia sido negociada por seus pais, que estavam se beneficiando financeiramente do seu

indesejado arranjo matrimonial, enquanto ela mesma vivia dias de terror. A família, como esclarece Silvia Federici (2017), pode ser identificada como um “microestado” ou uma “microigreja”, pois pode agir como uma instituição que supervisiona e restringe a mulher no seu cotidiano, nas suas ações, nos seus hábitos e em suas escolhas. No caso de Catarina, a imposição do relacionamento e a obrigatoriedade de “viver com o homem” é representativa desse papel de microestado exercido pela família, que controlou suas decisões e escolhas cotidianas.

Nesse sentido, o corpo da mulher surge como um “lugar” de relações de poder, havendo a tentativa dos homens de apropriação e disciplinamento do corpo feminino através da sua exploração. A primeira forma de disciplinarização do corpo foi a negociação realizada por seus pais, mas as tentativas de disciplinar corpos femininos são desde a tenra idade, seja na família, ou em ambientes de educação formal e informal. A segunda forma de controle se relaciona ao poder do homem de afastá-la fisicamente de seus afetos, no caso, de seus amigos, o que resultou no seu isolamento físico e emocional. Assim, a entrevistada se vê sem uma rede de apoio, isto é, afastada das relações familiares e de amizade, o que gera e intensifica as vulnerabilidades socioemocionais, sobretudo quando entram em jogo relações maritais com desequilíbrio no jogo de forças, tendo o parceiro características opressoras legitimadas pela violência do patriarcado comum em nossos espaços. Ainda mais cerceada em suas possibilidades de escolha, o espaço privado se traduz como limite da atuação da mulher na sociedade e como âmbito que potencializa a prática de violências sistêmicas, porque o que ali ocorre ganha pouco espaço no debate público (BIROLI, 2018). Considerando o recorte de raça e classe, o jugo a essa dinâmica de dominação afeta ainda mais as mulheres negras e pobres, sobretudo em regiões com restrito mercado de trabalho, como é o caso aqui focalizado, pois esse grupo é o primeiro a ser convocado ao serviço gratuito de cuidado (FEDERICI, 2021), isto é, excluído do espaço público, tendo em vista, como já foi debatido, a herança racista e escravocrata da tradição colonial.

Para que ocorresse a legitimação desse discurso direcionado ao controle da mulher, foram necessárias a produção e reprodução sistemática e institucionalizada pelo Estado da constituição de uma feminilidade estigmatizada, estereotipada e inferiorizada. Nesse sentido, para as mulheres, “o corpo pode ser tanto uma fonte de identidade quanto uma prisão” (FEDERICI, 2017, p. 34). Essa politização do corpo da mulher, que tira sua autonomia e sua independência, carrega efeitos e não é inconsciente, à medida que o Estado e a lógica machista e patriarcal lucram com a força de trabalho das mulheres, as quais constantemente são alvo da desvalorização salarial, da imposição da maternidade e do direcionamento exclusivo para o trabalho doméstico e para o casamento, configurando as limitadas funções concedidas à mulher na nova divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017). Essas condições, quando combinadas com a posição da mulher negra dentro da família e do trabalho, evidenciaram outras opressões. Mulheres negras, diferente das brancas, nunca foram enquadradas na conjuntura de família tradicional; do mesmo modo, esse “ideal” de família parte do pressuposto de que família e trabalho são distintos, sem levar em consideração que a mulher negra, desde a sua escravização, sempre atuou nos trabalhos braçais iguais aos realizados por homens, sem ter o privilégio de construir uma família, manter um lar e poder cuidar dos filhos. Tendo sido, posteriormente, com o processo de urbanização e a economia política capitalista, excluídas dos trabalhos intelectuais e destinadas a trabalhos manuais semelhantes ao do

período de escravização, como empregadas domésticas, babás, lavadeiras. Collins explica a posição de mulheres negras como “mulas do mundo”:

Quando combinadas as análises inspiradas pelo feminismo negro acerca do trabalho remunerado e do não remunerado, tanto no mercado de trabalho como no interior das famílias, proporcionam uma melhor apreciação da complexa e poderosa interação que dá forma à posição das mulheres negras como “mulas do mundo” (2019, p. 131).

Collins (2019, p. 134) conceitua como trabalho alienado “o trabalho que pode ser economicamente explorador, fisicamente exigente e intelectualmente sufocante – o tipo de trabalho que há muito tempo é associado à condição da mulher negra como “mula””. Iniciado com a transição para o capitalismo e com fragmentos de ordem escravocrata, esse conjunto de mudanças tem se perpetuado até o presente, gerando, além da mencionada exploração, uma expressiva estigmatização das mulheres que não se submetem ou que não são incorporadas a esse modelo de divisão sexual do trabalho. No caso das mulheres negras, as condições de subalternização são ainda mais agressivas, visto que:

O sexismo e o racismo, atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está nesse planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina “natural”, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva. (hooks, 1995, p. 468).

Associado à inferiorização classista da mulher negra, o racismo naturaliza essa mulher como um subproduto social, mais próxima da animalidade do que da humanidade, articulando-se, concomitantemente, ao sexismo, que imprime no corpo dessa mulher as marcas da violência. Catarina, nos poucos meses que estive em Palmas-TO, vivenciou pela primeira vez essas marcas indelévels no corpo, quando sofreu agressões físicas do marido. Inconformada, ela diz: “Saí porque ele [o marido] tava me maltratando”. Expondo seus traumas, inicialmente, de forma sucinta, essa mulher negra é empurrada para fora da estrutura familiar tradicional quando rompe seu casamento. Vivendo opressões e violências diversas desde que engravidou, Catarina ultrapassa o limiar do aceitável na sociedade patriarcal e se separa. A partir dessa decisão, que é uma escolha de uma mulher que não se resignou e transformou sua voz em resistência para negar o casamento opressivo e violento, sua vida modificou-se, pois cruzou o limiar aceitável para a mulher, entrando em um território marginalizado: a prostituição de rua.

Subalternização e violência na prostituição de rua: traumas, dores e dependências na vida de Catarina

Separada sem apoio, Catarina buscou refúgio na prostituição. Em Nova Olinda, em um prostíbulo chamado “Casa da Mineira”⁵, Catarina buscou abrigo e, conseqüentemente, entrou para a prostituição. Naquela circunstância, separada do marido que foi motivo dos seus gatilhos mais profundos até então, ela se envolveu com o homem que se tornaria seu segundo marido, com o qual teria mais duas filhas. Esse companheiro não era muito diferente do primeiro, pois Catarina relata algumas das agressões, físicas e psicológicas, que sofreu ao lado dele:

Quem me ajudou foi a Mineira, a que morreu. Nessa época, já tinha as 3, e o pai delas [segundo marido] dava o que pra mim? Ia trabalhar nas fazendas, ganhava dinheiro bem, mas só que não dava dinheiro pra nós; só queria bater nas 3 meninas e em mim. Aí, quando eu ia bater nele, [meu] pai veio e deu um tapão na minha cara. Ele falou: “não, a Catarina é ignorante, ela é ignorante, se não souber levar ela... ela maltrata mesmo”. Eu falei: “eu maltrato até o senhor [pai da Catarina] agora, se bater nas minhas filhas aqui. Eu que tô fazendo programa [para sustentar as filhas]”. [Então foi nessa época que você começou?] Foi, 18 anos, imagina, 18 anos, 3 filhos. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2021).

Nesse relato, Catarina esclarece que o seu envolvimento com a prostituição ocorreu devido à necessidade de sustentar a si e a suas filhas, porém, enquanto ela exercia essa ocupação, seu companheiro, que sabia e consentia com a prática, não colaborava para o sustento familiar. Em alguma medida, as experiências dessa mulher negra repetem padrões de subalternização, exploração e violência. De fato, como mulher pobre, tem consciência da necessidade de trabalhar para se sustentar, porém, sua relação com o ganho e o dinheiro é sempre mediada por um homem: o pai de sua primeira filha, quem ganhava dinheiro; seu primeiro marido, que havia pago seus pais para obtê-la como esposa; seu segundo marido, que trabalhava e não lhe oferecia nada; por fim, seu próprio pai que, ao rejeitá-la no espaço familiar e como sua tutelada, a conduz aos relacionamentos relatados. Nesse sentido, o padrão do homem mantenedor, mesmo quando não cumpre seu papel, se repete em sua vida. Collins explica:

Sem apoio, as adolescentes engravidavam e decidiam ficar com o bebê. Justamente no momento da vida em que as jovens negras mais precisavam de afeto, muitas se sentiam pouco amadas pela mãe, ignoradas na escola e rejeitadas por pais e namorados. As mães tinham suas próprias necessidades. Muitas vezes enfrentando problemas de saúde, angustiadas, desorientadas e exaustas pela luta para cuidar da família em bairros com condições difíceis (COLLINS, 2019, p. 163).

O imaginário do homem mantenedor é uma das formas que a subalternização da mulher negra se configura, o que contribui para que elas se vejam presas às mais diversas opressões. Caso da violência, um padrão de opressão permanente na vida de muitas mulheres, entre elas Catarina, que, tendo apanhado do primeiro marido, sofria agressões do pai, assim como do

⁵Nome original modificado. O local era formado por uma casa bem simples e pequena, com camas de cimento, um quintal espaçoso, localizado em uma chácara nas proximidades da cidade, à margem da rodovia Belém/Brasília (BR-153).

segundo marido, experimentando um círculo vicioso que é expresso por ela como a única forma de viver que conhece. A agressão física, conforme expressa a figura parental, configura-se como instrumento de submissão da mulher ao sistema de valores e poder masculino, seja o patriarca pai ou marido, garantindo a adesão – forçada – ao comportamento esperado de submissão feminina. Ao rejeitar a subalternidade nas relações privadas e maritais, a entrevistada narra, então, ter sido submetida à violência sexista-patriarcal combinada de dois atores que foram socio-historicamente legitimados em posições de poder nas dinâmicas de gênero. Por outro lado, expressando seu inconformismo e rebeldia reativa, ela aprende, na medida de suas forças, a revidar, por isso reagindo e batendo no então marido, ameaçando o pai e outros mais.

A vivência e a experiência são os ingredientes fundamentais para a construção da individualidade do ser. No caso de Catarina, a construção de sua individualidade, desde seus 14 anos, é perpassada por relações de poder patriarcal que constroem padrões reverberados permanentemente em sua vida. Segundo a autora bell hooks (1995, p. 474), “[e]ssas relações ocorrem socialmente e são historicamente determinantes, como o contexto social capitalista de supremacia patriarcal branca como cultura”, determinando as formas de controle que as mulheres negras sofrem e, conseqüentemente, os padrões aos quais são submetidas.

Na situação de Catarina, a luta pela sobrevivência foi o principal motivo para entrar no universo da prostituição. Porém, além das condições materiais de existência, sua argumentação remete ao padrão de controle a que foi submetida pela cultura patriarcal, referenciando a subordinação ao homem mantenedor, conforme podemos apreender no relato a seguir:

Pra eu me sustentar. Você [se dirigindo à pesquisadora], por exemplo, não tô entrando na sua vida agora, mas você tem um marido, fica mais ele. Eu não tenho, então, eu tenho que viver a minha vida e cuidar dos meus filhos do jeito que eu posso. Então, eu não tenho [não dou] o direito de ninguém me criticar não, tá entendendo? Eu precisava de conversar com alguém, mais uma vez tu me deixou feliz. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2021).

Associando a sua condição dentro do modelo patriarcal, uma mulher “sem marido” que deveria arcar com as despesas familiares, à sua entrada na prostituição, Catarina se coloca na defensiva, afirmando que não aceita críticas, visto todas as dificuldades que precisou enfrentar sozinha. Ou seja, a manutenção da vida, a exploração da força de trabalho e a exploração sexual da mulher negra estão intimamente ligadas. Nessa perspectiva, a articulação entre raça, classe e gênero leva-nos a pensar a mulher negra submetida à prostituição, classificada como ocupação informal de trabalho⁶, a partir do estereótipo da mulata, marcador de erotização da

⁶ Nesse quesito, engloba-se a prostituição como ocupação recorrente. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, as regiões Norte e Nordeste concentram as maiores rotas de exploração sexual. Utilizando dados obtidos a partir de uma pesquisa realizada em junho de 2002 pela Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual (PESTRAF), a reportagem revelou que essas regiões concentram 145 rotas rodoviárias de prostituição, internacionais e nacionais, identificadas. Essas rodovias possuem hotéis e bares de beira de estrada, considerados “pontos facilitadores” de prostituição, nos quais há uma circulação intensa de caminhoneiros, constituindo uma demanda própria de mulheres para esse fim.

mulher negra, o que reforça sua objetificação. No caso de Catarina, sua erotização é bem menos exótica e mais cruel e violenta do que o imaginário da “mulata”, conforme narra:

Já escutei muitas vezes que a morena é a cor mais quente. Mas, tipo assim, já me botaram no quarto não tem? “Vai me dá o c... a bu..., chupar e tudo”. Sabe o que eu fiz? Eu tava com a chave do quarto aqui, eu que ficava com a chave. Quem é que quer na marra? Eu peguei o pé assim, aí ele [cliente] falou assim: “fica de quatro aí”. Eu fiquei e meti o pezão assim, ele caiu gritando. E falou: “eu ia ficar era com uma muié não era com uma jumenta”. De tudo acontece, filha, até carona, você viajar, não duvide não, carro pequeno. A mulher tem que ter coragem ou então bota quente. Igual um marido bateu em mim, sabe o que que eu fiz? Me bateu e enforcou. Eu fiquei tonta, aí, falei assim: “não vou matar não, eu vou deixar tu levantar pra mim te matar”. Aí, eu fiquei quietinha e fingi que tava desmaiando... joguei só água quente em cima dele e o outro [relacionamento] limão com sal no olho mais três capacetada. Falei: “agora levanta aí”. Ele falou: “quando eu levantar daqui eu vou te matar”. Eu não tive medo, porque eu já tava destinada; ele bateu em mim e nas meninas. Deixa eu te perguntar [se dirigindo à pesquisadora]: o que você quer estudar é defesa da mulher? Essa pergunta bem aí eu queria fazer. Eu não estudei muito não, mas só que eu sabia, então foi certo. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2021).

Vítima de todas as violências e degradações, Catarina repete os padrões de violência, mas então como estratégia para autodefesa em relação às agressões sofridas. Contudo, a percepção da vulnerabilidade de raça e gênero imposta pelas estruturas de opressão é dominante em seu relato. Assim, quando destaca perigo de pegar carona na rua, traz para a conversa a consciência do quanto a vida de qualquer mulher é arriscada. Nessa circunstância, essa mulher negra saiu do universo restrito da prostituição, abarcando aquilo que é comum nas experiências de todas as mulheres: o medo de sofrer violência nos espaços públicos, ambientes onde não temos como nos proteger.

Adriana Piscitelli (2014), em seu artigo nomeado *Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil*, propõe uma análise das pesquisas antropológicas acerca da prostituição a partir dos primeiros anos da década de 2000, época em que esses corpos aumentaram de maneira expressiva no país. A autora discute a politização desse campo de estudo assim como o “interesse dessas demandas serem sobretudo por questões relacionadas ao turismo sexual, ao tráfico internacional de pessoas, aos casamentos associados aos mercados do sexo e à prostituição” (PISCITELLI, 2014, p. 162). Desse modo, existem diversas dimensões e nuances quando se trata das violências sofridas por pessoas na prostituição, alertando, essa autora, para as consequências de reduzir a prostituição a apenas um fator único:

Indefinições legais e confusões conceituais contribuem para que essas três noções (tráfico de pessoas, turismo sexual e exploração sexual) com frequência sejam consideradas como sinônimos. Essas ambiguidades também favorecem que a noção de exploração sexual seja pensada remetendo às novas configurações da sexualidade assinaladas por Carrara (2012) como expressão de violação do consentimento das pessoas que exercem a prostituição, justificando assim a sua repressão. (Lowenkron,

2013;2013b). Esse movimento se vê favorecido no Brasil, pela rápida disseminação de posições feministas neo-abolicionistas, que atualizam noções presentes nas campanhas realizadas em países europeus, a partir da segunda metade do século XIX, para abolir a regulamentação da prostituição. (PISCITELLI, 2014, p. 166).

A autora aponta algumas das dimensões das violências articuladas à prostituição e as considera com pouco destaque no extenso arcabouço de pesquisas analisadas pela mesma. Entre elas, encontra-se a violência de Estado, vinculada a uma “operação limpeza” que possui como objetivo o deslocamento desse grupo marginalizado para outra área mais distante, como uma forma de confinamento; as coerções para fichamentos forçados, exames médicos e prisões arbitrárias. Além da violência policial, existem os aspectos envolvendo as decisões dos juízes, tais como as violências produzidas nas relações prostituta/clientes. Esclarece Piscitelli:

Parece-me que, até recentemente, nos estudos antropológicos sobre prostituição realizados no Brasil existia uma reticência em conceder destaque às dimensões de violência presentes na vida das/os trabalhadores sexuais. Um dos motivos talvez tenha sido o esforço por distanciar-se das leituras sobre prostituição que a percebem como inerentemente violenta. Refiro-me às formulações de autoras que, afinadas com o pensamento abolicionista, consideram a prostituição como caso extremado do exercício abusivo do sexo e a prostituta como vítima de violência, um objeto sexual, um ser passivo e carente de poder (MacKinnon, 1982; Barry, 1997). A rejeição suscitada por esse posicionamento poderia explicar o motivo pelo qual trabalhos que, no Brasil, não se alinham com essas perspectivas foram relativamente reticentes no que se refere a tratar da violência à qual estão submetidas as prostitutas. (PISCITELLI, 2014, p. 171-172).

Paralelamente, segundo a autora, ocorrem as violências de teor simbólico dentro do aspecto intimidade, seja nas relações com clientes, namorados ou cônjuges. Essa violência simbólica pode estar associada à imposição de normas e regras na vida das prostitutas de rua, que, na maior parte do tempo, “possuem fala, mas não são ouvidas” por organizações ligadas ao pensamento abolicionista feminista, assim como de instituições vinculadas à Igreja Católica. Essa violência inserida na intimidade, pode estar diretamente ligada à violência física e à violência simbólica, na qual relações assimétricas se estendem às relações de poder, podendo ser negociadas. As prostitutas não estão isentas dessas violências.

De fato, os relatos de Catarina vão se alternando – ora descreve suas relações com os companheiros que teve; ora remete às situações que viveu com clientes –, amalgamando resistências e sofrimentos, como a tentativa de estupro descrita no trecho da entrevista acima. Nesse mesmo relato, Catarina faz duas perguntas à pesquisadora (“quem é que quer na marra?”; “o que você quer estudar é defesa da mulher?”), evidenciando, de um lado, sua condição de mulher oprimida e, de outro, sua atenção permanente às vulnerabilidades que afetam as figuras femininas.

No primeiro questionamento, Catarina faz, conscientemente, um exercício retórico para demonstrar que, mesmo se reconhecendo prostituta, estabelece limites entre o que é aceitável e o que não é aceitável, como é o caso do sexo forçado; ou seja, ela estabelece seu direito ao “Não”. Nesse momento, torna-se capaz de construir estratégias para lutar contra a violência de gênero e sexual, inclusive recorrendo aos mesmos métodos que os homens utilizam. O

estupro, no caso, é um elemento dentro da dominação de gênero que se articula a outras formas de dominação historicamente construídas, conforme explica Ângela Davis:

O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica do seu trabalho. (DAVIS, 2016, p. 37).

Nesse sentido, o racismo sempre serviu como estímulo para o estupro, assim como o sexismo, que são centrais para a estratégia política de aumentar a exploração econômica da mulher negra (DAVIS, 2016). Ao associar a ideia de que “os homens dizem que a morena (em alusão à sua negritude) é a cor mais quente” à tentativa de estupro, apreendemos no relato dessa mulher negra experiências com diversos modos de racismo, na exploração econômica e sexual. Além disso, Catarina demonstra um grande abandono, solidão, com vivências marcadas por violências domésticas, estupro, gravidez na adolescência, aborto, falta de equidade e entrada na prostituição. Esses elementos estão representados nas estatísticas que retratam a população negra, sendo potencializados por uma estrutura de opressão que esmaga em suas engrenagens os sonhos e possibilidades da mulher negra e pobre, conforme afirma Alyne Isabelle Nunes a partir do pensamento de bell hooks:

De acordo com o conceito de opressão de hooks (2000), entendemos a entrada na prostituição para a mulher negra não como uma escolha, mas como falta de opções (hooks, 2000). O racismo se torna central e determinante na trajetória de vida dessas mulheres que dentro de uma estrutura somada ao abandono, à falta de afeto, às necessidades financeiras e à percepção de um corpo pautado em um discurso que as “hiperssexualizam” acabam por colocar a prostituição como um espaço naturalizado a ser ocupado pelas mesmas. (NUNES, 2015, p. 60).

Entre relacionamentos abusivos que se repetem em sua vida, Catarina constrói outro traço característico: a postura sempre defensiva. Esse comportamento remete a dois aspectos distintos. No primeiro, revela-se o fato de ter naturalizado seu lugar dentro da prostituição, precisando se manter forte, pois muitos clientes se recusam a pagar e agem com violência. Nessas ocasiões, “precisa usar toda a força que possui”, pois, sem poder contar com outro espaço dentro da estrutura social, é necessário que aprenda a viver e se defender como possível, afinal, foi “a vida que lhe fez assim”. Ela “não tem medo de homem”, conhecida “por não levar desaforo pra casa”, fez de seus traumas e vivências um escudo com o qual defende física e psicologicamente sua existência. Como segundo aspecto, compreendemos que suas estratégias de defesa são também refletidas, o que nos traz de volta à segunda pergunta, quando questiona se a pesquisadora pretende estudar “defesa da mulher”, indicando conhecer, sobretudo na experiência prática, que a mulher deve ter seu direito reconhecido, especialmente o direito de existir e talvez de ser livre, afinal, ela “sabia que foi certo”. Essa é a voz de uma mulher que representa a força de uma sobrevivente: diante da situação de subalternização vivida por Catarina, ter conseguido permanecer viva em meio a tanto caos e violência é, sem dúvida, uma vitória. As suas vivências, os seus traumas e sofrimentos

evidenciam a sua consciência em relação à importância de discutir a respeito da defesa e dos direitos da mulher, a fim de quebrar o ciclo de violências a que foi exposta.

A despeito da consciência expressiva de Catarina, sua estigmatização e consequente exclusão faz parte de um projeto sistêmico e duradouro, como explica Alyne Isabelle Nunes (2015), em referência a Elisa Larkin Nascimento e Sueli Carneiro:

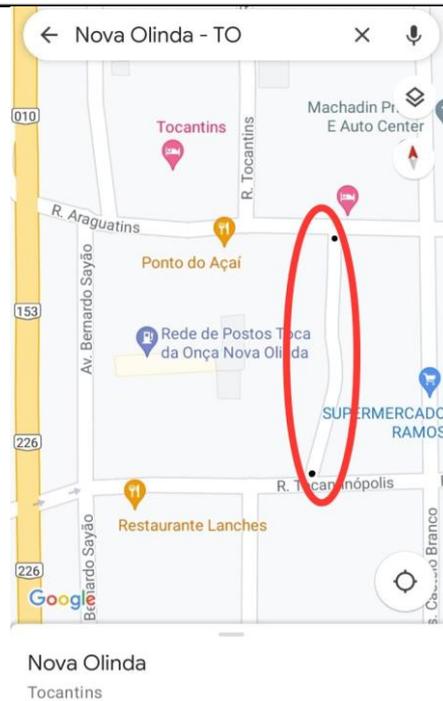
É relevante destacar que a proposta de controle do Estado não era só destinada à prostituição, mas aos alcoólatras, indigentes e vagabundos (NASCIMENTO; 2003). Havia um projeto legítimo de higienização da população negra pós 1888, a composição racial dos que sofriam com a perseguição do Estado era negra, partindo da ideia de que no Brasil pobreza tem cor (CARNEIRO, 2011) e os dados levantados por Mazzeiro (1998) em relação ao dado social das prostitutas onde “95% das prostitutas, nessa perspectiva, vinham das classes pobres” concluímos ser a prostituição exercida por mulheres negras a mais severamente punida. (NUNES, 2015, p. 40).

Historicamente construídas, as exclusões e punições sofridas pelas mulheres negras e pobres que exercem a prostituição atingem cotidianamente Catarina. Sua vida, desde a primeira gravidez, esteve marcada pela subalternização. Porém, com a prostituição, em um primeiro momento na “Casa da Mineira” e depois na “Rua do Amor”, logradouro cujo nome remete à prostituição existente naquele ambiente, os caminhos da marginalização se abriram e aprofundaram para a entrevistada.

Distinta e menor se comparada às demais, o limite espacial dessa rua é de apenas um quarteirão, indo de “uma esquina a outra”. Os bares e botecos constituem apenas um lado da rua, enquanto o outro lado é constituído apenas de um extenso muro de cimento que faz parte de um depósito de construção. Alguns anos atrás, esse espaço da rua que hoje constitui apenas o muro, era uma área aberta onde estava localizada a primeira rodoviária do município, sendo a “Rua do Amor” uma praça que fazia parte dessa rodoviária. Após uma pesquisa rápida no Google Maps, foi possível descobrir que a rua, chamada popularmente de “Rua do Amor”, é a única que não possui um nome próprio de identificação, com o indicativo de que somente nessa parte do mapa do município há uma lacuna em branco⁷, como veremos no Mapa 1:

Mapa 1: Localização da “Rua do Amor”, Nova Olinda-TO

⁷ Sinalizado por um círculo e “dois pontos pretos” de uma ponta a outra, o mapa acima evidencia a rua sem a marcação de um nome oficial. É possível observar também que a rua está localizada atrás do Posto Nova Olinda, à margem da BR-153. Desse modo, investigamos, com a colaboração de um informante proprietário de um bar localizado na Rua do Amor, que o nome oficial da rua, segundo registro nas contas de energia e água, é “Praça da Antiga Rodoviária”, fazendo referência a uma rodoviária que não existe mais. Continuando seu relato, ele diz que “algumas pessoas estão chamando a Rua do Amor de Rua Tocantins ultimamente”. Porém, no mapa, a rua Tocantins está localizada na parte superior, acima da “Rua do Amor”.



Fonte: Google Maps

A ausência de um nome oficial sinalizando a Rua do Amor denota uma tentativa de apagamento do lugar, uma forma de invisibilização das práticas que ali são realizadas, como a prostituição, o abuso e o tráfico de drogas. Novamente, trazemos Piscitelli (2014), a qual aponta, entre algumas das dimensões das violências articuladas à prostituição, a violência de Estado, constituída como uma “operação limpeza”, como um ato de higienização do espaço, afim de realocar o grupo de pessoas marginalizadas em uma área distante. No mapa acima, a referida rua, sem qualquer identificação, é um marco da ausência, do silenciamento dos corpos e dos modos de viver que não se encaixam no modelo patriarcal, evidenciando o projeto do Estado de apagamento das existências das pessoas que ali vivem.

Essa rua faz parte da história de Catarina e de tantas mulheres e homens que são constantemente esquecidos e apagados dos registros. Adotada como lar por Catarina, nessa rua ela se prostituiu, fez amizades e inimigos, viveu relacionamentos e, finalmente, iniciou a dependência em crack. Collins faz um breve contexto da introdução do crack nos bairros negros norte-americanos:

[...] a introdução do crack nos bairros negros no início da década de 1980 levou homens e mulheres a ingressar na economia informal de diferentes maneiras, de acordo com o gênero. O meio das drogas se tornou um grande empregador de homens negros e jovens, e as mulheres negras recorriam a eles em busca de apoio financeiro. (COLLINS, 2019 p. 154-155).

Esse “apoio” se materializa comumente na prática de viciar a companheira ou transforma-la em traficante, quando não as duas situações. No caso de Catarina, ela foi apresentada às drogas por um antigo relacionamento. Quando questionada sobre o efeito altamente viciante do crack e seu prejuízo à saúde, ela respondeu que na terceira vez de uso já estava dependente,

contando que “foi com raiva na droga”, com um uso intenso para efeitos de fuga da realidade, o que explica sua experiência com drogas mais fortes:

Eu entrei traficando, mas depois ele [o homem que lhe apresentou ao tráfico] falou sabe o que? “Não, se quiser se sustentar, vai se sustentar sozinha [a respeito do tráfico e posteriormente o próprio uso da droga]”. No começo, ele me deu dinheiro pra eu comprar, eu não vou mentir. Eu não usava não, menina. A mãe tem raiva dele é por causa disso. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2021).

Dependente em droga ilícita, o quadro da vida de Catarina se fecha em uma imagem sombria. Incrustada na Rua do Amor, ela ainda sonha em reaver a guarda dos filhos, que estão sob os cuidados da mãe e do Estado. Para tanto, precisaria mudar sua situação socioeconômica, como ela mesma diz: “Aí, então, no caso agora é a hora de pegar as minhas coisas e sair [da Rua do Amor], é pegar minhas coisas e ir embora, eu preciso ser feliz. Eu vou fazer é 42 anos agora”. Contudo, presa às engrenagens de opressão social, sem permissão para ver os filhos, a dor nos olhos de Catarina atravessa o silêncio. Assim, mesmo sabendo que precisa ser feliz junto aos filhos, a desesperança que atinge a todos que são abandonados pela família, pelo Estado e pela sociedade se impõe ao afirmar que “não espera nada ...nada pro futuro”.

Marginalizada, Catarina transforma sua revolta em uma amarga ironia quando conta uma anedota para explicar o que significa a rua onde vive: “Um homem me chamou de filha da puta e eu disse: - ‘Não xinga a nossa mãe não!!! Como é que é? Pois tu vai sair [sair da Rua do Amor] dela agora. Agorinha a puta, porque a minha mãe é aqui na rua’”. Ao definir a Rua do Amor como “sua mãe”, talvez Catarina tenha em mente a simetria entre casa/família e violência. Diferentemente da maioria, ela não está preocupada em se manter coerente em suas posições o tempo todo, parecendo-nos reconhecer o preço que o patriarcado e o racismo lhe impuseram. Assim, carrega o peso de seu sofrimento, mas se fortalece na sua liberdade e em sua amargura.

Considerações finais

Mulher negra e pobre, Catarina já nasceu em um mundo em que a sua condição não lhe garantiria as melhores oportunidades, já que a pobreza no Brasil é racializada. Na adolescência, grávida, se vê na situação de casar com um senhor idoso que lhe agredia, circunstância na qual passa a experimentar as opressões de gênero constituídas pela sociedade patriarcal e machista da década de 1990 no interior do Brasil. Nesse sentido, como representativa das opressões de classe, gênero e raça, as condições de sua subalternização são ainda agressivas, visto que essa interseccionalidade imprime no imaginário social a normalização da violência contra a mulher negra.

O casamento de Catarina, arranjado por seus pais, transparece a legitimação desse discurso direcionado ao controle da mulher, que é produzido e reproduzido sistematicamente pelo Estado e suas instituições, inclusive a família, o que estabelece a constituição de uma feminilidade estigmatizada, estereotipada e inferiorizada. Nesse sentido, o corpo e, conseqüentemente, a existência da mulher, se constituem tanto uma dimensão identitária quanto uma prisão. No caso de Catarina, o corpo é configurado desde sua gravidez como um espaço de controle e de punição. Sem autonomia, por causa da gestação e depois do filho

pequeno, ela se submete à punição orquestrada por seus pais: ter que se aceitar a uma relação com um homem que lhe causava ojeriza, ter que suportar as agressões, ter que silenciar sua voz e seus desejos.

Como outras mulheres negras, sua posição nas relações sociais e na divisão sexual do trabalho se resume a servir, obedecer e se submeter aos outros. Por outras palavras, representativamente, o corpo de Catarina é um lugar apropriado pelos homens que buscam de todas as formas discipliná-lo por meio da violência e do controle, o que envolvia afastá-la de seus afetos e amigos. Contudo, essa mulher negra constrói outras possibilidades de ser e existir para além da posição subalternizada, produzindo para si própria diferentes percursos de vida.

No caso de Catarina, observa-se sua entrada na prostituição como ocupação, por longo tempo, que se constitui como um dos lugares impostos às mulheres negras e pobres nas suas estratégias de sobrevivência (ou não). Fora da estrutura familiar tradicional, mas não dos padrões negativos que aprendeu desde a adolescência, Catarina, ao ocupar-se com a prostituição, permanece presa nas engrenagens de opressão, baseando suas relações – privadas ou comerciais – na ideia da subalternização ao “homem provedor” e na violência como traço permanente na sua vida. Os padrões opressivos que se repetem em sua vida empurram-na para situações mais e mais degradantes, como é o caso das tentativas de estupro sofridas. Nessas circunstâncias, mais uma vez, o controle do corpo e da existência da mulher é limítrofe e historicamente determinado, à medida que o estupro representa a objetificação absoluta da mulher negra, o que, no Brasil, ocorre desde o período colonial.

O conjunto dessas opressões, violências e racismos leva Catarina ao universo das drogas ilícitas. A partir disso, é marginalizada em níveis mais profundos, quando perde a guarda dos filhos para sua mãe e para o Estado. À exacerbação da marginalização sucedem o apagamento e a invisibilização por parte do Estado, da família e da sociedade, pois, submetida a esse conjunto de processos, ela se refugiou na “Rua do Amor”, onde construiu uma realidade paralela, porém, sem conseguir se desligar totalmente da consciência de ser quem é, de viver sob o peso de todas as formas de opressão.

Enfim, ambígua e ainda assim coerente, Catarina, como parte das mulheres negras que vivem em situação de prostituição de rua, é relativamente consciente de sua situação de opressão e subalternização, o que podemos observar quando ela executa dois movimentos ao partilhar seu relato de vida. Em um primeiro movimento, ela responde às violências e racismos sofridos de forma reativa; em um segundo movimento, menos reativo e mais propositivo, ela expressa ser consciente de sua condição de mulher negra explorada e racializada, apontando reconhecer, ou ao menos ter noção, que a opressão, o patriarcado e violência não são uma questão privada, mas coletiva, especialmente quando traz ao relato a necessidade que as mulheres têm de se protegerem, o que faz parte dos “direitos da mulher”.

Complementando-se, esses movimentos remetem às formas e modos pelos quais as mulheres resistem ou constroem estratégias para se defenderem de uma sociedade que, historicamente, as despreza. Por outro lado, infelizmente, mesmo mantendo-se atentas e resistindo, a maioria das mulheres, dentre elas Catarina, possuem poucos instrumentos e apoiadores nessa luta. Muitas vezes, caso de nossa interlocutora, os longos processos de subalternização forjam o sentimento de desesperança quando “nada se espera do futuro”. As saídas, todas difíceis, passam pela consciência de que a opressão, os racismos, as violências de gênero são

construídos coletivamente e, por isso, devem ser combatidos coletivamente. Somente assim, Catarina e todas as outras terão uma oportunidade.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: _____. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Entre a luxúria e o pudor: A história do sexo no Brasil**. São Paulo: Octavo, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. V.2. Florianópolis: **Estudos Feministas**, jul.1995.

COLLINS, Patricia Hill. Trabalho, família e opressão das mulheres negras. In: COLLINS, Patricia. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019, p. 129-178.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. V.7. Campinas: **Cadernos Pagu**, 1996.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? In: ABREU, A.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**, volume 1. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO COTIDIANO. **Norte e Nordeste concentram as rotas da exploração**. São Paulo, 04/01/2003. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0401200303.htm> >

FREITAS, Eduardo. A divisão do mundo de acordo com a visão eurocentrista. **Mundo Educação**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-divisao-mundo-acordocom-visao-eurocentrista.htm>>

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984.

HISTÓRIA. Prefeitura de Nova Olinda. **Nova Olinda**, 2021. Disponível em: <<https://www.novaolinda.to.gov.br/?meio=658>>

HOOKS, Bell. *Intelectuais Negras*. V. 3. Florianópolis: **Estudos Feministas**, 1995.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

MAPS, Google. **Mapa do Município de Nova Olinda/TO**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Rede+de+Postos+Toca+da+On%C3%A7a+Nova+Olinda/@-7.6280749,48.4262142,18z/data=!4m13!1m7!3m6!1s0x92d8c23bb762d573:0xc966432bf08c9224!2sNova+Olinda,+TO,+77790-000!3b1!8m2!3d-7.6366428!4d48.4224573!3m4!1s0x92d8c23e98b5a211:0x5294e1c33aa36ba0!8m2!3d-7.6282355!4d-48.426462>>

MAZZIEIRO, João Batista. *Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos*. São Paulo: **Rev. bras. Hist.**[online], 1998

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. Selo Negro, São Paulo, 2003.

NUNES, Alyne I. F. **Prostituição feminina negra**: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida das prostitutas negras do Recife. 104 f. Dissertação (mestrado). Curso de sociologia, PPGS, UFPE, Recife, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ª ed. São Paulo. Contexto, 2016.

PISCITELLI, Adriana. **Violências e afetos**: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. São Paulo: Cadernos Pagu (42), 2014.



POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. V.2. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, 1989.

REICHMANN, Rebecca. Mulher negra: Um retrato. In: WOLFF, Cristina Scheibe; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Estudos Feministas**. Florianópolis: Ufsc, 1995. p. 496-505.

RIBEIRO, Débora. Significado de Mulata. **Dicionário online de Português**, outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/mulata/>>

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: Ética e narrativa biográfica. **Conferência pronunciada no XXV Simpósio Nacional de História**. “História e Ética”. Fortaleza, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil 1870-1930. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Significados. **Diferença entre Cisgênero e Transgênero**. 7Graus, 18/07/2021. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/cisgenero/>>

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História de mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2015, p. 362-400.